

O TUTOR NA EAD BRASILEIRA: ALGUMAS REFLEXÕES

Márcio Ricardo Dias Marosti¹, Helen Camila da Silva², Maria Luisa Furlan Costa³

¹Universidade Estadual de Maringá/Mestrado em Educação/mmarosti@hotmail.com

²Universidade Estadual de Maringá/Mestrado em Educação/helencamila@hotmail.com

³Universidade Estadual de Maringá/Mestrado em Educação/luisafurlancosta@gmail.com

Resumo – Este texto refere-se a um estudo sobre o papel do tutor frente à Educação a Distância. O objetivo é ter uma noção conceitual, abalizada por meio das características de historicidade, sobre quem é o tutor e quais são suas atuais atribuições, bem como sugerir uma reflexão que situe tal educador no contexto da EaD brasileira. Além disso, apresentam-se algumas definições básicas que estruturam a Educação a Distância, buscando esclarecer como se deu a inserção do tutor na modalidade em questão e de que modo tal figura se amalgamou como seu elemento central. Discute-se também a relação professor/tutor e quais entraves se fundamentam nessa dicotomia. Considerando-se os limites do presente trabalho, no se refere à conclusão, é possível crer que os objetivos aqui propostos foram atendidos, mesmo que minimamente.

Palavras-chave: Educação a distância, tutor, professor.

Abstract – This text refers a study on the rule of tutor in front of distance education. The goal is to have a conceptual notion, expertly through the features of the historicity, about who is the tutor and what their current assignments are, as well as suggest a reflection that situates this educator in the context of Brazilian EaD. In addition, we present some basic definitions to structure the Distance Education, seeking to clarify how it was the insertion of the tutor in this mentioned modality, and how this figure was amalgamed as its central element. Is also discusses the teacher/tutor relationship and which obstacles are based on that dichotomy. Considering the limits of the present study, refers to the conclusion, it is possible to believe that the objectives proposed here were attended, even if minimally.

Keywords: Distance education, tutor, teacher.

1. Introdução

No Brasil, a Educação a Distância (EaD) assume inegável papel como contribuinte no processo de inclusão social, na medida em que seu intuito básico é colaborar para a redução das desigualdades educacionais. Na última década, a modalidade adquire destaque e cada vez mais se avoluma em quantidade de instituições credenciadas, em cursos ofertados e em número de alunos. Fato que intimamente dialoga, ao mesmo compasso, com os avanços das tecnologias de informação, mais precisamente com a internet e a computação enquanto ferramentas de socialização. Nesse sentido, apesar de muitos teóricos considerarem registros que apontam que a modalidade existe em alguns países há mais de 150 anos, o *status* de educação de massa, recorrentemente atribuído à EaD, é recente. Em outras palavras, a expansão

da EaD, pública ou privada, se deu muito em razão da popularização da internet, da disseminação de computadores nos lares enquanto eletrodoméstico e pela sua flexibilidade de realização das atividades acadêmicas.

Se dados estatísticos direcionam para uma crescente quantidade de alunos matriculados na EaD, divididos basicamente em cursos de graduação e especialização, a que se analisar também aquilo que tange a qualidade dos serviços prestados. Logo, refletir acerca dos novos desafios políticos, pedagógicos e tecnológicos, na finalidade de atenderem essa demanda cada vez maior, é imprescindível. Assim, várias discussões permeiam o assunto, principalmente no que se refere à legislação, à estrutura física da EaD (estúdios, bibliotecas, laboratórios, polos de apoio presencial, etc.), aos conteúdos, ao material didático, às avaliações e sobretudo no que diz respeito à ação docente, aqui apreendida como a prática do professor e especialmente a prática do tutor.

No que se considera como Educação a Distância, isto é, numa condição educacional em que alunos e professores estão fisicamente separados, a mediação é o fator chave, afinal é por meio dela que o vínculo entre tais sujeitos se mantém e que o processo ensino/aprendizagem se concretiza. É neste contexto, que a figura do tutor desponta.

A tutoria geralmente tida como um complemento à prática docente se configura nos moldes atuais como uma atividade controversa, ao ritmo que não há ainda parâmetros que definam com exatidão quais são suas verdadeiras atribuições. Porém, em termos práticos, é nítido o fato de que o tutor tornou-se um agente de múltiplas funções, na medida em que, além de organizar o ambiente virtual de aprendizagem, motivando e acompanhando o desenvolvimento das atividades e avaliações, também lhe compete, em muitos casos, a função equivalente à função docente, isto é, realizando correções, respondendo dúvidas de conteúdo, participando da elaboração e revisão de material, mesmo que embora seja visto como um “pseudo interventor” no processo de aprendizagem.

Atualmente, o saber didático, o saber tecnológico e o saberes pedagógicos são exigências no desempenho da tutoria e que delimitam, *a priori*, o perfil desse profissional. Portanto, a pluralidade concernente às práticas do tutor que toma proporções maiores quando associadas à alternância de suas responsabilidades administrativas e pedagógicas e seu contraponto ao exercício do professor é a questão que fundamenta o presente estudo. Além de buscar subsídios capazes de conceituar, mesmo que minimamente, o que é tutor, também se propõe a analisar quais noções lhe conferem, ou não, o mérito de professor e qual seu papel dentro da EaD.

A discussão é árdua, pois tratar de questões cristalizadas de prática docente advindas da modalidade presencial e transpostas à postura do novo professor, ou

tutor, na Educação a Distância é trafegar por um terreno árido e repleto de paradigmas, visto que para determinados estudiosos, formadores de opinião, discutir EaD é lidar como uma sub modalidade, que apesar de consolidada, ainda não faz jus às pesquisas científicas. É nesse aspecto que indubitavelmente instigar um número maior de estudos sérios sobre tal temática é agregar-lhe caráter de cientificidade.

Por compreender os ditames históricos como elementares na construção da identidade de tutor, seguem algumas considerações a respeito.

2. Aspectos Históricos da Tutoria

Nesta seção, apresentam-se algumas perspectivas históricas relacionadas à prática de tutoria. Essa apreciação, do ponto de vista histórico, se faz relevante a fim de compreender que a tutoria manifestou-se em diferentes épocas, lugares e culturas. Obviamente que os procedimentos de tutoria de épocas remotas são, em linhas gerais, distintos da forma que se conhece hoje. Também é evidente que não há intenção de em poucos parágrafos esgotar a discussão referente à temática.

A representação do homem na Antiguidade, entendido mediante suas crenças espirituais e sobrenaturais lhe conferia a necessidade de alguém que pudesse orientar suas vidas, direcionando seu trabalho, suas regras de comportamento e suas relações com outros homens e com a natureza. Assim, recorriam aos feiticeiros, líderes espirituais, sábios ou curandeiros que lhes davam as instruções básicas de sobrevivência. Eram em termos amplos e não formais, educadores, que mediavam o aprendizado de jovens e crianças. Fato que indica que a educação também poderia ser praticada pelos progenitores, pelo convívio com outros sujeitos e também por meio de tutela.

Contudo, a educação somente é sistematizada e formalizada na antiguidade greco-romana. O advento da escrita constituiu-se como fator que admitiu a transição do homem primitivo ao mundo civilizatório. A comunicação letrada ganhou patamar de ampliação dos saberes e do pensamento humano.

O surgimento da *Polis*, local onde os gregos nobres debatiam diversos assuntos, conferiu à civilização grega a compreensão de sua cultura e de si mesma. Os mais velhos estudiosos da filosofia e antropologia medievais oportunizavam a perpetuação de seus conhecimentos na formação de jovens aprendizes. A instrução era ministrada por tutores, selecionados a critério de sua dedicação e sabedoria. (GEIB *et al.*, 2007, p. 218).

A sociedade romana também foi marcada pela distinção da educação formal elitista daquela destinada aos demais cidadãos. É de origem romana a expressão

paedagogo, hoje, na língua portuguesa, o pedagogo. Tratava-se, pois do escravo responsável por acompanhar as crianças da nobreza até os ambientes escolares, um tipo de tutor que também era responsável e mediador da formação (BRANDÃO, 2007; CAMBI, 1999).

Somente em meados do século XII, durante o que se classificou como *Renascimento Comercial e das Cidades*, que se constituem pequenas escolas nos espaços povoados, com intento de instruir os cidadãos para o exercício de ofícios. Os mestres eram leigos e sua seleção ficava a cargo das autoridades municipais (GEIB *et al.*, 2007, p.218). Esses ambientes de educação formal se instalavam de maneira gradativa e as lições eram oferecidas comumente pelos mestres artífices em suas oficinas, que recebiam por esse ensino. Pode-se considerar, portanto, que foram nas principais cidades que se desenvolviam aos arredores do comércio na Baixa Idade Média que se originaram as primeiras escolas livres, leigas e particulares.

Segundo Oliveira (2007), o ensino superior, em seus primórdios, se fundou a partir dessas escolas livres, que permaneciam sob a tutela do mestre artesão. A partir do século XII, o agrupamento de mestres e alunos em grupos originou as universidades. Datada de 1224, na região da Itália, nomeadamente em Nápoles, que nasceu a primeira universidade a atribuir aos seus discípulos, após o término de suas disciplinas, uma licença para ensinar, antes conferida apenas pela Igreja.

Ante tal conjuntura se coloca o princípio do ofício tutorial, uma vez que o educando que aspirava alcançar tal licença careceria permanecer sob a tutela de um mestre até dominar certas capacidades, como a leitura de textos, a significação de palavras, a compreensão de frases e dentre outras habilidades (GEIB *et al.*, 2007, p.218). Na ocasião em que adquirisse tal destreza, “ensinava, sob supervisão docente, a alunos mais jovens. Vê-se, assim, que o papel de tutor e monitor está presente na origem da universidade”.

Todavia, não se deve dissociar a tutoria praticada na Idade Média sem se remeter às perspectivas religiosas daquela época. Essa condição atribuía ao tutor um aspecto de mentor ou guia que orientava não apenas para os conhecimentos formais, mas também para os dogmas da Igreja (SÁ, 1998).

Entretanto, a sistematização do ensino nos colégios, marcado entre os séculos XVI e XVIII, foi o fator que garantiu a solidificação do exercício tutorial (GEIB *et al.*, 2007). Assim, estabelecia-se um padrão de tutoria que assumia outras características, as quais atribuíam aos estudantes, geralmente de colégios internos, a responsabilidade de auxiliar o professor no acompanhamento das atividades escolares.

Porém, com a Revolução Industrial tem-se o movimento de enfraquecimento do tutor. Os colégios eram substituídos pelas escolas de ensino superior, que se

constituíam em diferentes modelos. A educação formal, mediante a nova ordem socioeconômica, prioriza então a instrução para o trabalho com finalidade de preencher as vagas nas indústrias (GEIB *et. al.*, 2007). Dessa forma, a condição do homem perante suas relações de produção social se reflete em todos os setores de sua existência como elemento determinante de suas ações, inclusive no que se refere à educação.

Desvencilhada da qualidade de protetor ou de guia ligado às questões religiosas que anteriormente lhe dava significado, a noção de tutor que se produziu a partir do século XX é a mesma que hoje em dia orienta os programas de Educação a Distância. Em outras palavras, a concepção de tutor passou a ser entendida como aquela que acompanha e orienta os trabalhos acadêmicos (SÁ, 1998).

Concluídas as considerações sobre os aspectos históricos que delimitam a trajetória da tutoria e que de certo modo conceituam a figura do tutor, faz-se necessário uma breve abordagem acerca de sua atual inserção no contexto educacional brasileiro.

3. A Tutoria no contexto da Educação a Distância no Brasil

Nos sistemas que organizam a Educação a Distância brasileira, o envolvimento mútuo de vários atores, responsáveis pela sua efetivação, é indispensável. Portanto, não se faz EaD sem que exista a gestão e o diálogo harmônico entre os setores administrativos, acadêmicos e tecnológicos. Uma mudança pragmática que inquestionavelmente insere um aglomerado de desafios institucionais e pedagógicos na revisão do modo de se fazer a educação.

Na obrigação de atender os anseios dessa ordem e em meio à realidade posta pela Educação a Distância, as tarefas do professor assumem novas dimensões que diferem das do ensino presencial. Afinal, se antes bastava lidar com giz e lousa, hoje a exigência em manusear aparatos, que se traduzem em tecnologias de informação e com diversas possibilidades de uso, requerem do educador habilidades outras que transcendem aquelas da sala de aula convencional. A adesão à mudança se torna gritante não somente no rumo do educador, mas inclusive mediante a postura do novo aluno, que também é sujeito ativo e que interage e se modifica frente à sociedade informacional.

Definir então os vários atores da prática docente na Educação a Distância, permite apreender num sentido mais amplo os caminhos ainda obscuros que atravancam uma definição única para o que vem a ser o exercício tutorial.

Em muitas instituições que ofertam a EaD e que comumente já têm seus cursos na modalidade presencial consolidados, a definição de professor parece, em muitos casos, se limitar ao indivíduo responsável pelo conteúdo e eventualmente

pela produção do material didático e avaliações. Cabendo então ao tutor a função das demais atribuições. Nesse sentido, classificam-se algumas subcategorias docentes em três grupos distintos:

[...] o primeiro é responsável pela concepção e realização do curso e materiais; o segundo assegura o planejamento e organização da distribuição de materiais e da administração de acadêmica (matrícula e avaliação); e o terceiro responsabiliza-se pelo acompanhamento do estudante durante o processo de aprendizagem (tutoria, aconselhamento e avaliação). (BELLONI, 2006, p.84)

Complementa-se que, em alguns programas de EaD, há o que se denomina de tutor presencial, que geralmente presta suporte ao atendimento de alunos nos Polos de apoio, aplicando avaliações, organizando as salas de aulas ou os laboratórios de informática e, em muitos casos, também esclarecendo dúvidas pedagógicas e institucionais.

Em meio a programas computacionais que se tornam cada vez mais aprimorados, com constante geração de novos equipamentos que se oferecem como base de informação e de interação postos ao universo da educação enquanto possíveis ferramentas que possibilitam uma aproximação maior e mais eficaz entre aluno e conteúdo, o tutor enquanto mediador desse processo se torna o que Belloni (2006) classifica como “tecnólogo educacional”. O manejo com os ambientes virtuais de aprendizagem, como a plataforma *Moodle*, o monitoramento de atividades virtuais ou o simples ato de “postar um de arquivo em formato PDF” são exemplos claros que atestam a condição citada pela autora, mas que merece uma análise mais aprofundada.

Não há riscos em se atribuir à figura do tutor, além de suas habilidades docentes, a capacidade em gerenciar determinadas tecnologias de informação como instrumento de ensino/aprendizagem. Todavia, reduzi-lo somente a mero “técnico” é desfazê-lo de sua identidade, ainda mais quando se reporta a professores com formação superior nas variadas licenciaturas. Fato é que muitas instituições, na ânsia de reduzir custos, se utilizam de tal justificativa quando se abordam questões salariais e contratuais. O impasse então está posto: quem é o tutor? Sua função é docente ou administrativa?

A resposta pode ser simples quando se pensa que muito mais do que manejar programas e acompanhar o desempenho de estudantes, o professor a distância deve dominar o conteúdo ofertado, deve ter competências ao se expressar na linguagem dita dialógica, além de raciocínio estratégico numa possível intervenção de tarefas pedagógicas, antevendo prováveis desvios e aperfeiçoando o processo de aprendizagem, como um agente mediador do conhecimento, interagindo e motivando seus alunos. Somam-se ainda a essas prerrogativas concernentes à prática tutorial, outras que dizem respeito ao gerenciamento das

ações pedagógicas, do modo como os conteúdos serão trabalhados e do monitoramento dos resultados obtidos parciais ou integralmente, que influenciam diretamente no processo de aprendizagem, o que faz da figura do tutor também um gestor do conhecimento.

Ainda no que tange a questão tutorial, vale ressaltar os critérios apontados pelos *Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância*. Trata-se, pois, de um documento oficial, sem força de Lei, idealizado no ano de 2003 e atualizado em 2007 pelo Ministério da Educação e pela extinta Secretaria de Educação a Distância a fim de tentar normatizar, padronizar e organizar os procedimentos da EaD no Brasil. Os Referenciais elencam regras para o delineamento dos currículos, avaliações, gestão escolar, dentre outros elementos constituintes da modalidade a distância, com destaque à necessidade de credenciamento dos Polos de Apoio Presencial.

Os *Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância* (2007) apresentam algumas informações relevantes no que diz respeito à tutoria e que, sem margem de dúvida, carecem de uma análise mais apurada. Infere-se neles um aspecto que desperta a atenção: o papel do tutor difere do papel do professor, visto que o documento em questão utiliza os dois termos não como sinônimos um do outro, mas, sugere a prática tutorial como sendo coadjuvante do professor no processo de aprendizagem. O fato pode ser facilmente compreendido, citando-se o seguinte trecho dos Referenciais:

Deve-se atentar ao fato de que um curso a distância não exige a instituição de dispor de centros de documentação e informação ou mídiotecas (que articulam bibliotecas, videotecas, audiotecas, hemerotecas e infotecas, etc.) para prover suporte a estudantes, tutores e professores. (MEC, 2007, p.24)

Outro exemplo presente no texto dos *Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância* e que merece destaque menciona que existem profissionais fundamentais no contexto da EaD, a saber: o coordenador de curso e do corpo de tutores, quando necessário; os professores que coordenam as disciplinas, os tutores auxiliares da secretaria; além dos profissionais responsáveis pelo manejo tecnológico. (MEC, 2007, p. 25). Portanto, o texto novamente classifica professores e tutores como sujeitos com práticas distintas entre si. O texto segue ainda com mais uma passagem em que essa marcação é nítida:

[...] O número de estudantes para cada curso deve apresentar-se em completa consistência com o projeto político-pedagógico, os meios que estarão disponibilizados pela instituição, o quadro de professores, de tutores e da equipe técnico-administrativa, que irão trabalhar no atendimento aos estudantes, o investimento e custeio a serem feitos e outros aspectos indicados nesse documento. (MEC, 2007, p. 31)

Segundo o documento do MEC, dentro de uma equipe multidisciplinar, para

que exista a manutenção da qualidade dos serviços educacionais, três profissionais devem permanecer em constante processo de qualificação. São eles: docentes, tutores e técnico-administrativos (MEC, 2007, p. 19). Na sequência, os *Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (2007)* apresentam, separadamente, quais atribuições cada categoria deverá desempenhar no contexto da modalidade a distância. Nesse sentido, vale citar que o tutor é denominado como um dos responsáveis pela prática pedagógica, cujas atividades desenvolvidas a distância ou presencialmente necessitam contribuir para a efetivação dos processos de ensino e aprendizagem, bem como no acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico (MEC, 2007, p.21):

No intuito de especificar o que são tutores a distância e tutores presenciais, os Referenciais definem que:

A **tutoria a distância** atua a partir da instituição, mediando o processo pedagógico junto a estudantes geograficamente distantes, e referenciados aos pólos descentralizados de apoio presencial. Sua principal atribuição deste profissional é o esclarecimento de dúvidas através fóruns de discussão pela Internet, pelo telefone, participação em videoconferências, entre outros, de acordo com o projeto pedagógico. O tutor a distância tem também a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e, freqüentemente, faz parte de suas atribuições participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem, junto com os docentes.

A **tutoria presencial** atende os estudantes nos pólos, em horários préestabelecidos. Este profissional deve conhecer o projeto pedagógico do curso, o material didático e o conteúdo específico dos conteúdos sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação a conteúdos específicos, bem como ao uso das tecnologias disponíveis. Participa de momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios e estágios supervisionados, quando se aplicam. O tutor presencial deve manter-se em permanente comunicação tanto com os estudantes quanto com a equipe pedagógica do curso. (MEC, 2007, p. 21-22)

A saber, o texto em questão, além disso, ressalta que as atribuições da tutoria a distância e a presencial são intercambiáveis entre si, considerando-se uma educação a distância que priorize a mobilidade espacial de sua equipe de tutores. (MEC, 2007, p.21-22)

O documento enfatiza, ainda, que o domínio do conteúdo, do aparato tecnológico e dos fundamentos da EaD, é primordial para ambos os tipos de profissionais da tutoria.

Importante observar que, após delimitar as funções tutoriais, os *Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (2007)* abordam as atribuições do

corpo técnico-administrativo, o que possibilita a conclusão de que o tutor, na concepção do documento, não desempenha função docente, nem administrativa.

Obviamente que, numa reflexão mais crítica ante o texto do Ministério da Educação, mencionar o professor e o tutor como sujeitos dissociados, é afirmar, mesmo que discretamente e talvez de modo não intencional, que cada qual tem sua função delimitada e que somente o primeiro condiz ao exercício docente.

Por fim, vale destacar que nem tudo são obstáculos no que diz respeito à tutoria, pois não obstante é perceptível situações de professores, com experiências na modalidade presencial, que optam pelo trabalho na tutoria na convicção de que também constroem sua identidade docente na efetiva prática da EaD. Nesse aspecto, os resultados podem ser positivos, já que permitem ao educador aliar seu conhecimento e técnicas adquiridos na sala de aula presencial à sua ação docente na sala de aula virtual.

4. Considerações Finais

Numa sociedade globalizada em que o dinamismo acelerado pelas tecnologias de informação converge para resultados que ampliam as possibilidades de acesso ao conhecimento e que alteram o comportamento humano, resignificando suas necessidades e cujas suas implicações se materializam na educação, forçando-a também a repensar seus preceitos, faz da reflexão das práticas docentes um tema de essencial valor.

Nesse contexto sociocultural, político e econômico, a Educação a Distância implica em uma tendência apropriada para suprir tais necessidades e é justamente em tal modalidade que o educador parece na sua forma mais controversa: o tutor.

Mediante o caráter histórico e os conceitos aqui expostos, pressupõe-se que o tutor é um educador e que, sem dúvida, sua identidade docente o tornou a figura central na modalidade a distância no que se refere ao processo de mediação da aprendizagem. Também corrobora para essa concepção o fato de que, antes de sua função tutorial, o tutor é um professor, o qual em muitos dos casos apresenta formação acadêmica em cursos de licenciatura e geralmente atuação anterior em cursos presenciais.

O presente estudo, na tentativa de investigar respostas para “quem é o tutor?”, se efetiva como uma das possíveis abordagens na confiança de que a discussão é ampla e que, sobretudo, depende não somente de questões legais ou políticas para que a figura do tutor se reconheça como efetivo educador da Educação a Distância, mas que também sirva como agente motivador para investigação de outras ideias pautadas em novas leituras ou outros pontos de vista.

Portanto, muitos são os caminhos já construídos quando se discute historicamente a Educação a Distância no Brasil. Todavia, é irrefutável que, apesar dos avanços conquistados, a EaD tem desafios que permanecem enrijecidos e outros novos que surgem na medida em que ela se expande. Fato que justifica a necessidade de também novos estudos científicos que permitam ampliar as discussões, identificando e delimitando as situações ainda conflituosas, estabelecendo metas e possíveis soluções.

Referências

- ALVES, J. R. M. A História da EaD no Brasil. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. (Org) *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- BELLONI, Maria Luiza. *Educação a Distância*. 4ª ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- BRANDÃO. C. R. *O que é educação*. Brasiliense: São Paulo, 2007.
- BRASIL, Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*. Brasília, 2005. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf. Acesso em 10 de março de 2014.
- CAMBI, F. *História da Pedagogia*. Editora da UNESP: São Paulo, 1999.
- GEIB, L.T.C. *et al.* A tutoria acadêmica no contexto histórico da educação. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Brasília. n. 2. Mar/Abr 2007, p. 217-220.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância*. Brasil. 2007.
- MOORE, M.; KEARSLEY, G. *Distance education: a system view*. Belmont: Wadsworth Publishing Co., 1996.
- NUNES, Ivônio B. Pequena Introdução à Educação a Distância. *Educação a Distância*. Brasília: INED, n.1, 1992.
- OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. In: *Varia história*. Belo Horizonte, 2007, n. 26, pp. 113-129.
- _____. *Noções de educação a distância*. Revista educação a distância. Vols. 3,4 e

5. Brasília: INED, dez/1993 a abril/1994.

PERRY, W.; RUMBLE, G. *A short guide to distance education*. Cambridge: International Extension College, 1987.

SÁ, I. *Educação a Distância: processo contínuo de inclusão social*. CEC: Fortaleza, 1998.